

# Relatores adjuntos acolhem proposta de Pazzianotto para as indenizações

BRASÍLIA — Uma proposta feita pelo Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, no sentido de que seja estabelecida indenização progressiva, de acordo com o tempo de serviço, para os trabalhadores demitidos sem justa causa será utilizada pelos relatores adjuntos do Deputado Bernardo Cabral como texto básico para a definição da estabilidade no emprego no novo anteprojeto de Constituição. Não incluída no esboço de projeto de Constituição feito pelo "grupo interpartidário" e pelo "grupo dos 32" — o "Hércules" — a definição da estabilidade no emprego, no projeto de Constituição, deverá ser permeada pela sugestão de Pazzianotto, segundo informou ontem o Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um dos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização.

Sem a presença do Relator, Bernardo Cabral, mas com a participação do Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, os relatores adjuntos reuniram-se novamente ontem, no 24º andar do edifício sede do Banco do Brasil, para avançar na elaboração do anteprojeto. Segundo Fernando Henrique, foram definidos os capítulos referentes ao meio-ambiente, educação, direitos sociais, coletivos e individuais.

Bernardo Cabral deverá optar por um sistema de governo mais voltado para o parlamentarismo, com mandato presidencial de cinco anos. "O Relator não tem possibilidade de fazer coisas diferentes do que nos foi enviado", afirmou Fernando Henrique, referindo-se aos documentos aprovados nas comissões e subcomissões da Constituinte, dando preferência ao parlamentarismo e ao mandato de cinco anos.

Segundo o Senador, a definição de empresa nacional que Cabral incluirá em seu projeto será idêntica à colocada no "Hércules", que assim dispõe: "Será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída



Ulysses, Fernando Henrique e os relatores adjuntos comparam propostas

da e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País, ou por entidades de direito público interno".

Também os termos da intervenção do Estado na economia serão definidas no novo anteprojeto de Cabral conforme está na proposição dos grupos, disse ainda Fernando Henrique. Ali, está escrito que a intervenção e o monopólio do Estado na economia serão permitidos apenas "quando necessários para atender aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei". Quanto à anistia, o Relator tem intenção de colocar no novo texto a proposta do Senador José Agripino Maia (PFL-RN). Essa proposta amplia benefícios para soldados, cabos e sargentos já anistiados em 85.

— Estamos peneirando os vários textos e algumas emendas — afirmou o Relator Adjunto, acrescentando que não há uma supressão de textos, mas uma composição. Até ficar pronto o arcabouço básico, não há como acrescentar as emendas apresentadas à Sistematização, esclareceu ele. Essas emendas estão sendo examinadas por uma equipe do Prodasen.

Segundo Fernando Henrique, o "Hércules" enxugou bem o texto constitucional. A idéia da Comissão de Sistematização é fazer um projeto com cerca de 250 artigos.

Na próxima segunda-feira, o Relator Bernardo Cabral vai apresentar o esboço do projeto aos Líderes do PMDB. Fernando Henrique acha que na reunião serão discutidas as implicações políticas de certos pontos que poderão ser incluídos no texto.

## Ulysses assume a frente dos acordos

BRASÍLIA — O Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, assumiu ontem a coordenação das negociações em torno do projeto da nova Constituição, ao participar da reunião com assessores e relatores adjuntos do Relator Bernardo Cabral, onde todas as propostas e emendas à nova Carta começaram a ser comparadas e estudadas minuciosamente. Na segunda-feira pela manhã, Ulysses preside uma reunião da cúpula do PMDB para discutir o resultado do trabalho elaborado neste final de semana e prosseguirá com os contatos durante os próximos dias.

Segundo o Senador Fernando Henrique Cardoso, que coordenou a reunião de ontem, Ulysses atuou no encontro "como um dos subrelatores", discutindo e comparando os artigos das diversas propostas minuciosamente, às voltas com pilhas de listagens de computador.

Nas últimas semanas, Ulysses vinha acompanhando — mas sem participar — os trabalhos dos grupos interpartidários criados na Constituinte para negociar propostas ao projeto de Constituição. O Presidente da Assembléia recebia informações sobre o andamento dos trabalhos por parlamentares a ele ligados — o coordenador da "Comissão Interpartidária", Euclides Scalco, por exemplo — mas, oficialmente, só tomou conhecimento das propostas quando lhe foram entregues, na última semana.

Apesar de elogiar os esforços desses constituintes, Ulysses fez questão de deixar claro, em diversas declarações, seu papel de negociador fundamental no processo. Repetidas vezes, Ulysses afirmou não poder fugir à sua obrigação de coordenador.

# Sant'Anna quer presidencialismo com regras do parlamentarismo

BRASÍLIA — O Líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, vai defender um sistema presidencialista com regras do parlamentarismo, no qual o Primeiro-Ministro ficaria submetido à autoridade do Presidente, principalmente nos momentos de crise, quando o Chefe do Executivo teria o poder de decisão.

Essa é uma das muitas críticas de Sant'Anna ao projeto encaminhado quinta-feira à Comissão de Sistematização pelo chamado "Grupo do Consenso". O texto, segundo o Líder do Governo "dá a entender", mas não deixa explícito que o poder será exercido pelo Primeiro-Ministro.

— Isto, por exemplo, é uma coisa que tem que ser dita com todas as letras na Constituição. Tem que ficar absolutamente claro quem é o Chefe de Estado, se o Presidente ou o Primeiro-Ministro — afirmou.

Informou que já começou a trabalhar por sua proposta, que afirma ser bastante semelhante à proposta feita pelo Senador José Fogaca no relatório da Subcomissão do Poder Executivo. Para ele, não é lógico que o Presidente, eleito diretamente pela



Líder critica projeto de consenso

maioria absoluta dos eleitores, seja submetido ao poder de um Primeiro-Ministro que, quando muito, terá alguns milhares de votos em sua região e será eleito indiretamente por seus colegas de Parlamento.

Mas o Líder só irá se pronunciar oficialmente, segundo disse, depois do próximo dia 23, quando será conhecido o relatório de Cabral.

— Antes disso, tudo será "achis-

mo" e precipitação — observou.

Nesta ocasião, pela primeira vez, o Deputado Bernardo Cabral, Relator da Comissão de Sistematização, irá se pronunciar quanto ao mérito da nova Carta. "E é em torno deste relatório que eu acho que devem girar nossas expectativas", disse Sant'Anna.

O anteprojeto apresentado à Sistematização pelo "Grupo do Consenso" — formado pelos parlamentares que integraram o "Grupo Interpartidário" ("progressistas" do PMDB, "modernos" do PFL e representantes dos partidos de esquerda) e o "Grupo dos 32" (constituintes "moderados" ligados a Cabral e liderados pelo Senador José Richa) — não passa, para o Líder do Governo, de um "exercício metodologicamente válido", mas a sua penetração e abrangência só poderão ser analisadas depois de conhecido o relatório de Cabral.

— Por enquanto é só um esforço na direção do consenso. Se representa realmente a idéia da maioria dos parlamentares, ainda não sabemos — finalizou.

## Boatos sobre o fim do cafezinho agitam a Câmara

BRASÍLIA — Numa cidade sem esquinas e sem cafés, uma notícia que anunciava o fechamento do cafezinho da Câmara, ponto tradicional de reuniões e bate-papos, agitou o plenário da Constituinte, ontem de manhã.

José Genoíno, do PT, e Maurílio Ferreira Lima, do PMDB, interpelaram a Mesa sobre a notícia de que o cafezinho daria lugar a uma nova sala do Presidente da Câmara. Os dois reclamaram argumentando que o salão do cafezinho é uma tradição democrática que garante o contato dos parlamentares com a população.

A confusão começou ao se saber que a partir da segunda-feira o café seria servido em um balcão recém-construído, junto aos banheiros que servem os parlamentares no fundo do plenário.

O Secretário-Geral da Mesa, Paulo Afonso, informou mais tarde ao Deputado José Genoíno que havia telefonado ao Diretor-Geral, Ademar Sabino, sustentando o fechamento do velho cafezinho. Depois, Sabino explicou tudo: haverá dois locais para o café. E atribuiu a confusão toda a mera conversa de bar.

## PSDB deverá ser a sigla dos 'progressistas'

BRASÍLIA — Deverá se chamar PSDB — Partido Socialista Democrático do Brasil — a nova sigla que os dissidentes do PMDB, integrantes do "Movimento da Unidade Progressista", estão discutindo.

A maior dificuldade dos progressistas para a formação de uma nova agremiação continua sendo os prazos do calendário eleitoral, apertados para quem pretende disputar as eleições municipais. Eles têm que definir com urgência se ficam ou não no PMDB, uma legenda difícil de se abandonar, pelo seu peso eleitoral. O senador Afonso Camargo acredita que o novo partido tem que surgir até meados de setembro, o que garantiria sua formação dentro da legislação atual. Já o deputado Nelson Aguiar prefere prazos mais dilatados, pois aposta na mudança da legislação pela Constituinte.

## Sandra afirma que anteprojeto é de 'moderado'

BRASÍLIA — As emendas apresentadas pelos "moderados" coincidem com o que dispõe o "Projeto Hércules", apresentado ao Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), pelo "Grupo do Consenso". A informação é da Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que esclareceu terem sido apresentadas nove emendas que, na prática, são substitutivos dos nove capítulos do anteprojeto de Constituição montado por Cabral com base nas conclusões das comissões temáticas.

Sandra Cavalcanti disse que essas emendas foram assinadas por 50 constituintes, mas ela assegura que expressam o pensamento de 300 parlamentares. As nove propostas apresentadas articuladamente estão incluídas nos 259 artigos — 30 dos quais nas disposições transitórias — do anteprojeto do "Grupo do Consenso". Ela afirmou ainda que este não é um trabalho final, pois ainda existem pontos a serem discutidos pelo grupo para tentar encontrar um consenso.

Para isso, serão realizadas novas reuniões com os constituintes do grupo, a partir do dia 20, quando as lideranças partidárias terão conhecimento do substitutivo que será apresentado por Cabral. Neste dia, Sandra Cavalcanti estará representando o PFL.

Tanto as emendas como o "Projeto Hércules" foram considerados pela Deputada um trabalho cujo objetivo principal era facilitar a elaboração do novo texto de Bernardo Cabral. Ela fez questão de frisar que o Relator da Sistematização "certamente não irá utilizar integralmente as propostas, mas pelo menos terá conhecimento da opinião de 300 constituintes".

Por tudo isso, a Deputada Sandra Cavalcanti afirmou: "70 por cento do caminho já foram aplainados". Para ela, os constituintes tiveram que "capinar" a proposta de Cabral, para não deixar escapar de suas análises um item sequer. A partir de agora, deverá ser mais fácil chegar a um consenso.